

CLÍNICA DE ATENDIMENTO JURÍDICO A IMIGRANTES E REFUGIADOS: UMA EXPERIÊNCIA EMANCIPADORA

VALERIA VILLALBA SOARES DE OLIVEIRA¹; DIULIA BORGES MOREIRA²;
MANOELA VIEIRA MACIEL³; ANELIZE MAXIMILA CÔRREA⁴.

¹Universidade Católica de Pelotas – valeria.oliveira@sou.ucpel.edu.br

²Universidade Católica de Pelotas – diulia.moreira@sou.ucpel.edu.br

³Universidade Católica de Pelotas – manoela.maciell@sou.ucpel.edu.br

⁴Universidade Católica de Pelotas – anelize.correa@ucpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A Clínica de Atendimento Jurídico a Imigrantes e Refugiados surgiu como braço extensionista do Grupo de Estudos em Políticas Migratórias e Direitos Humanos, denominado GEMIGRA, que atua desde 2013 junto à Universidade Católica de Pelotas. Com o passar dos anos, o GEMIGRA passou a ser referência regional nos estudos sobre migrações. Paralelamente desenvolvia trabalhos de assessoramento jurídico no campo migratório.

No ano de 2020, com a pandemia da COVID-19, houve a soma de dois fatores que favoreceram a criação da CAJIR: o aumento de migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade socioeconômica na região, e crescente demanda por assistência jurídica a esses migrantes decorrente especialmente das normativas infralegais que passaram a restringir o acesso e a regularização de migrantes e refugiados. O formato de “Clínica Jurídica” adotado pela CAJIR tem como objetivo a resolução de problemas, dentro de uma visão multidisciplinar objetivando a sensibilização para as demandas da comunidade.

A regularização migratória no Brasil é de extrema relevância, afinal, isso permite que o migrante, visitante ou refugiado trabalhe formalmente, e que seja reconhecido como um indivíduo de direitos no país. Vale frisar que, a clínica garante sigilo em todas as etapas do serviço prestado e, além dos docentes, conta com a participação de extensionistas da graduação e da pós graduação.

2. METODOLOGIA

O método utilizado no presente projeto trata-se de uma metodologia participativa e de construção coletiva para a solução aos problemas relacionados com o direito dos migrantes.

Dessa forma, enquanto projeto de extensão, realizamos atendimentos de maneira presencial ou online para coleta de dados e preenchimento do formulário eletrônico onde constam informações como os fatores que levaram à essa migração, qual a situação do assistido e etc. Posteriormente, é agendado um segundo atendimento para dialogar acerca das medidas que serão tomadas a fim de resolver o problema migratório.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A CAJIR, através do atendimento ao público alvo, busca auxiliar no reconhecimento de estudos e regularização migratória. Em assistência a imigrantes e refugiados, tais procedimentos são de extrema relevância para a inserção social

e laboral. A partir do atendimento a famílias de migrantes e de refugiados, foi perceptível a carência de conhecimento em relação à temática migratória e as necessidades do próprio migrante, a partir dos nossos processos e a atuação em órgãos institucionais, haja vista que, por vezes, a alta complexidade no exercício desses serviços torna-os inacessíveis.

Ainda, a clínica presta auxílio em processos tanto no âmbito administrativo, quanto judicial, em matéria de permissão de residência e afins. Principalmente a questão jurídica, que se insurgiu com tamanha voracidade no país, dada a grande demanda de rejeição administrativa.

É importante frisar que, deparam-se os componentes do projeto, com casos multifacetados e complexos, frente a gama de necessidades que rodeiam a vida de seres humanos em situação de migração forçada ou voluntária. Por vezes estas pessoas integram famílias numerosas onde estão inseridos pessoas com maior vulnerabilidade, como idosos e menores impúberes.

Dado ao exposto, foi imprescindível a sensibilização cultural e empatia para o desenvolvimento de relações de confiança com os assistidos, compreensão de suas raízes e hábitos sociais, no intuito de uma efetiva criação e manutenção de vínculos com a sociedade brasileira. É preciso mais do que apenas sentir-se confortável no lugar onde se vive, é também preciso sentir-se representado.

Cada caso atendido pela clínica tem se mostrado como um grande desafio aos extensionistas, pois foi preciso pesquisar as providências necessárias para a sua regularização, visto que, a situação vai além de apenas se regularizar, leva-se mutuamente em consideração a conjuntura de desamparo, sentimento de não pertencimento e, amiúde, dificuldades financeiras.

4. CONCLUSÕES

A partir das experiências vivenciadas podemos concluir que o projeto de extensão foi desenvolvido em um momento de extrema necessidade, visto que com a Pandemia do COVID-19, houve uma mudança na percepção em relação ao migrante, onde as normas que regulamentam as fronteiras e a mobilidade humana restringiram os direitos humanos e feriram normas e princípios de ordem internacional, constitucional e interna, inclusive no que tange aos direitos dos refugiados. Frise-se que as motivações que levam uma pessoa a deixar o seu país e buscar abrigo em outro não cessaram com a pandemia, pelo contrário, se intensificaram.

A atuação do projeto proporciona não só o auxílio jurídico a imigrantes e refugiados, mas ainda, contribuem para o estudo e investigação da resolução prática dos problemas enfrentados pelos migrantes, desde a sua regularização, até conseguir um trabalho e viver de forma independente.

Haja vista que, cada caso está repleto de nuances e questões multiconectadas, representa um grande desenvolvimento e contribuição na vida dos estudantes que integram a CAJIR. Assim, entende-se que o trabalho feito pela Clínica contribui para o desenvolvimento de uma sociedade orientada pelos direitos humanos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HIRAI, Cassia Miho Nakano. Clínicas jurídicas na FGV Direito SP : relatos de uma década de aprendizados e experiências de ensino / - São Paulo : FGV Direito SP, 2020.

CORRÊA, Anelize Maximila, Educação jurídica no âmbito da transnacionalização das relações humanas: recontextualização curricular do direito internacional em cursos de direito no Brasil / Tese Doutorado em Educação - UFPEL — Pelotas, de 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1997.